

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

SOCIETÁRIAS

EXERCICIO 2020

Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 31/12/2019
BALANÇO PATRIMONIAL

DESCRIÇÃO	NE	Legislação Societária	
		2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		6.820.875,44	7.116.632,20
Caixa e Equivalentes a Caixa	5	3.221.462,34	3.287.711,26
Consumidores, Concessionários e Permissionários	6	2.913.119,06	2.895.844,91
Serviços em Curso	7	35.604,74	279.976,06
Tributos Compensáveis	8	98.133,97	139.247,50
Almoxarifado	9	291.415,45	241.342,05
Ativos Financeiros Setoriais	10	6.757,16	8.391,30
Despesas pagas antecipadamente	11	22.710,24	4.775,83
Outros Ativos Circulantes	12	231.672,48	259.343,29
ATIVO NÃO CIRCULANTE		15.684.819,89	11.309.668,95
Tributos Compensáveis	13	439.453,12	233.394,52
Bens e Atividades Não Vinculadas à Permissão	13	168.286,77	168.286,77
Outros Ativos Não Circulantes	13	5.016.350,92	3.610.151,61
<i>Imobilizado</i>		<i>6.369.600,52</i>	<i>2.568.998,14</i>
Em serviço		3.200.203,69	3.380.138,17
Depreciação Acumulada (-)		(850.101,72)	(815.494,90)
Em curso		4.019.498,55	1.337.454,82
Intangível		3.691.128,56	3.395.737,96
Total do Ativo		22.505.695,33	18.426.301,15

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 31/12/2019

BALANÇO PATRIMONIAL

DESCRIÇÃO	NE	Legislação Societária	
		2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE		4.127.374,81	3.424.918,82
Fornecedores	14	601.613,33	359.874,14
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	397.339,44	395.136,72
Tributos	16	1.078.933,73	907.564,28
Encargos Setoriais	18	521.317,56	735.045,23
Operações com Associados	19	557.893,36	561.020,82
Outros Passivos Circulantes	20	970.277,39	466.277,63
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		358.883,41	298.879,00
Obrigações Vinculadas a Concessão	21	358.883,41	298.879,00
PATRIMONIO LIQUIDO	22	18.019.437,11	14.702.503,33
Capital Social		3.240.741,12	3.239.546,07
FATES		493.857,76	328.629,42
Fundo para Manutenção Aplicação em Melhorias		8.885.974,83	7.227.811,47
Reavaliação		1.544.771,61	1.544.771,61
Reserva de Equalização		59.020,88	59.020,88
Reserva Legal		1.472.267,20	1.140.634,53
Sobras a Disposição da AGO 2019		1.162.089,35	1.162.089,35
Sobras a Disposição da AGO 2020		1.160.714,36	
Total do Passivo		22.505.695,33	18.426.301,15

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 31/12/2019
Demonstração das Sobras ou Perdas

Descrição	NE	Legislação Societária	
		2020	2019
01. Receita Operacional Bruta	23	26.463.611,14	23.644.860,42
(+) Fornecimento de Energia Elétrica		22.430.977,42	19.572.888,46
(+) Outros Ingressos e Rendas		4.032.633,72	4.071.971,96
02. Dedução da Receita Bruta	24	(6.841.870,18)	(6.056.594,52)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos		(5.037.933,13)	(4.306.425,28)
(-) Encargos do Consumidor		(1.803.937,05)	(1.750.169,24)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)		19.621.740,96	17.588.265,90
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	25	(11.537.219,91)	(9.928.875,58)
05. Resultado Bruto da Comercialização de Energia		8.084.521,05	7.659.390,32
06. Despesas Operacionais	25	(4.992.768,24)	(4.487.803,24)
(-) Pessoal e Administrativo		(2.470.656,20)	(2.497.094,10)
(-) Material		(267.054,51)	(275.815,56)
(-) Serviços de Terceiros		(673.006,27)	(698.161,28)
(-) Depreciações		(611.454,25)	(588.813,64)
(-) Seguros		(12.315,24)	(5.732,70)
(-) Despesas Tributárias		(62.059,98)	(24.890,67)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções		(108.729,38)	(66.332,09)
(+/-) Provisão Para créditos de Liquidação Dúvidosa		(57.149,67)	41.297,57
(-) Outras Despesas Operacionais		(730.342,74)	(372.260,77)
07. Resultado Operacional (5+6)		3.091.752,81	3.171.587,08
09. Resultado Operacional Financeiro	26	224.573,92	148.668,21
(+) Receita de Aplicação Financeira		59.352,50	65.970,32
(+) Outras Receitas Financeiras		202.319,92	148.959,38
(-) Despesas Financeiras		(37.098,50)	(66.261,49)
10. Resultado Operacional		3.316.326,73	3.320.255,29
11. Destinações Estatutárias		(2.155.612,37)	(2.158.165,94)
(-) Reserva Legal 10%		(331.632,67)	(332.025,53)
(-) Fates 05%		(165.816,34)	(166.012,76)
(-) Manutenção e Ampliação 50%		(1.658.163,37)	(1.660.127,65)
12. Sobras (Perdas) Líquidas do Período (10+11)		1.160.714,36	1.162.089,35

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 31/12/2019

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Legislação Societária

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital					Sobras a Disposição da AGO	Totais
		Reavaliação	Equalização	Legal	Fates	Fundo de Manutenção		
SALDO EM 31/12/2018	3.815.553,46	1.544.771,61	59.020,88	808.609,00	240.611,77	5.567.683,82	532.695,20	12.568.945,74
MUTAÇÕES EM 2019	(576.007,39)	-	-	332.025,53	88.017,66	1.660.127,65	629.394,14	2.133.557,59
Integralização de Capital	18.227,99							18.227,99
Capital a Realizar								-
Devolução/Baixa de Capital	(594.235,38)						(532.695,20)	(1.126.930,58)
Incorporação das Sobras								-
Reversão de Reservas					(77.995,11)			(77.995,11)
Resultado do Exercício							3.320.255,29	3.320.255,29
Destinações				332.025,53	166.012,77	1.660.127,65	(2.158.165,95)	-
SALDO EM 31/12/2019	3.239.546,07	1.544.771,61	59.020,88	1.140.634,53	328.629,42	7.227.811,47	1.162.089,34	14.702.503,33
MUTAÇÕES EM 2020	1.195,05	-	-	335.049,02	166.936,51	1.675.245,08	1.138.508,12	3.316.933,78
Integralização de Capital	5.392,21							5.392,21
Capital a Realizar								-
Devolução/Baixa de Capital	(4.197,16)							(4.197,16)
Incorporação das Sobras								-
Reversão de Reservas					(588,00)			(588,00)
Resultado do Exercício							3.316.326,73	3.316.326,73
Destinações				335.049,02	167.524,51	1.675.245,08	(2.177.818,61)	-
SALDO EM 31/12/2020	3.240.741,12	1.544.771,61	59.020,88	1.475.683,55	495.565,93	8.903.056,55	2.300.597,46	18.019.437,11

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 31/12/2019

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	3.316.326,73	3.320.255,29
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	3.316.326,73	3.320.255,29
2 - Ajuste Por	(585.682,85)	(81.759,34)
Reintegração Acumulada	34.606,82	125.987,56
(Aumento) ou Diminuição de Consumidores.	(17.274,15)	(408.425,18)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	244.371,32	(273.587,58)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	41.113,53	(49.913,38)
(Aumento) ou Diminuição de Almoxarifado	(50.073,40)	(67.756,27)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	1.634,14	(7.363,94)
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas antecipadamente	(17.934,41)	14,24
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	27.670,81	(20.437,61)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(206.058,60)	(80.958,60)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Não Circulantes	(1.406.199,31)	(242.121,40)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	241.739,19	11.119,87
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.202,72	133.672,34
(Diminuição) ou Aumento de Tributos	171.369,45	(37.017,44)
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	(213.727,67)	299.820,30
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	(3.127,46)	561.020,82
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	503.999,76	(80.736,26)
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Concessão	60.004,41	54.923,19
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	2.730.643,88	3.238.495,95
4 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(2.796.304,80)	(748.157,47)
Ativo Imobilizado / Intangível	(2.797.499,85)	(766.385,46)
Integralização de Capital	1.195,05	18.227,99
5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(588,00)	(1.204.925,69)
Utilização das Reservas	(588,00)	(77.995,11)
Reversão de Capital	0,00	(1.126.930,58)
6 – Variação no Caixa (3+4+5)	(66.248,92)	1.285.412,79
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(66.248,92)	1.285.412,79
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	3.287.711,26	2.002.298,47
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	3.221.462,34	3.287.711,26

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o período findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores Expressos em Reais)**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA** é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. Para fins fiscais e tributários a **CEJAMA** está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas

No decorrer do exercício social de 2020 a **CEJAMA** realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de instalações de distribuição de energia elétrica, de acordo com seu objeto social.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO

Conclusão do Processo de Regularização - O processo de regularização de cooperativa foi concluído no exercício de 2008, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.631 de 21 de outubro de 2008 - ANEEL de 28 de novembro de 2008 mediante a assinatura do mesmo.

Prazo da permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato. O prazo de permissão passou a ser de 30 anos, conforme o § 3º do Art. 23 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, incluído pela Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009.

Objetivo da permissão – Exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

Áreas de permissão – A CEJAMA terá sua atuação delimitada aos municípios de Ermo, Jacinto Machado, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo todos no Estado de Santa Catarina, devidamente delimitado no processo de regularização.

Mesmo tendo iniciadas providências antes da efetiva regulamentação, o contexto regulamentado poderá alterar o processo operacional e administrativo em curso na cooperativa, com reflexos não previstos ou não avaliados adequadamente, inclusive retroativos, podendo afetar as posições econômicas e financeiras atualmente apresentadas.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações NBC ITG 1.000, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade, bem o atendimento, no que for cabível, a 2019/NBCTA540(R2) de 23 de outubro de 2019.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 605/14, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC ITG 2004/2017, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL e demais orientações publicadas.

Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 2017/NBCTG01(R4), que aprovou a NBC TG 01(R4) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da **CEJAMA** é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, emanadas das disposições da legislação societárias e regulatórias, destacamos:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

- **Consumidores à Receber**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2020, contabilizado com base no regime de competência.

▪ **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa referente aos parcelamentos de débitos, estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

▪ **Ajuste a Valor Presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução nº 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, por entender a administração que está coberta pela provisão.

▪ **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo médio de aquisição.

▪ **Ativos Passivos Regulatórios**

Reconhecidos após a assinatura do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC – CTG 08 de 12 de dezembro de 2014.

▪ **Investimentos**

As participações societárias permanentes, controladas e coligadas, estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de

aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

- **Intangível**

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando-se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

- **Atualizações de Direitos e Obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços. Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/71.

- **Empréstimos e Financiamentos**

Quando contratados atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

▪ **Provisão para Litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para litígios liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

▪ **Reconhecimento das Receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CEGERO, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG47, aprovada pela Resolução 2016/NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

▪ **Receita não Faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

▪ **Impostos e Contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

▪ **Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

▪ **Sobra Líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada a disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos que compõe o Caixa e Equivalentes de Caixa estão alocados nas aplicações financeiras e contas correntes, no saldo geral do grupo houve uma redução de 2,02%, representando R\$ 66.248,92 a menor que o período anterior.

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
CAIXA	860.771,51D	2.210.004,43D
CONTAS BANCÁRIAS À VISTA	827.254,97D	2.173.826,95D
BANCO DO BRASIL S.A	561.992,36D	1.086.313,34D
CREDIJA C/C	229.918,69D	1.076.171,55D
CREDIJA C/C 1960-7 RES. 20	35.343,92D	11.342,06D
CRESOL C/C	0,00	0,00
FUNDOS DE CAIXA	129,67D	201,76D
FUNDO FIXO DE CAIXA	129,67D	201,76D
NUMERÁRIO EM TRÂNSITO	33.386,87D	35.975,72D
CREDIJA - TRÂNSITO	33.386,87D	33.101,21D
BANCO DO BRASIL - TRÂNSITO	0,00	2.874,51D
EQUIVALENTES DE CAIXA	2.360.690,83D	1.077.706,83D
BANCO DO BRASIL S.A	27.884,02D	130.571,34D
CREDIJA - APLICAÇÕES	1.861.552,56D	508.127,17D
APLICACAO FINANCEIRA CREDIJA 1960-7 RES. 20	10.928,60D	10.854,47D
CRESOL - APLICAÇÕES	460.325,65D	428.153,85D
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.221.462,34D	3.287.711,26D

NOTA 06 – CONSUMIDORES

Os saldos referentes aos Consumidores estão a seguir demonstrados, as maiores variações ocorreram nas classes, Industrial e Iluminação Pública, no caso da Classe de Iluminação Pública foi realizada a baixa de créditos com impossibilidade de cobrança e, conseqüentemente o saldos da PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) também sofreram variação negativa.

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
FORNECIMENTO	2.700.989,25D	2.675.587,55D
FATURADO	2.321.866,88D	2.211.748,40D
RESIDENCIAL	531.124,36D	419.583,22D
INDUSTRIAL	850.046,34D	961.575,05D
COMERCIAL	242.263,30D	198.504,28D
RURAL	696.993,02D	590.299,63D
PODERES PÚBLICOS	1.439,86D	9.278,10D
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	32.508,12D
NÃO FATURADO	474.842,33D	517.076,44D
(-) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	95.719,96C	53.237,29C
SERVIÇOS COBRÁVEIS	3.694,02D	7.198,70D

(-) ARRECADAÇÃO EM PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO	1.623,61D	1.556,67D
PARCELAMENTOS DE CRÉDITOS A RECEBER DE CONSUMIDORES	160.646,98D	178.214,48D
RESIDENCIAL	54.204,39D	15.169,60D
INDUSTRIAL	64.670,51D	170.956,59D
COMERCIAL	13.046,46D	495,31D
RURAL	46.205,49D	1.055,49D
(-) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	17.479,87C	9.462,51C
OUTROS	46.165,20D	33.287,51D
CONSUMIDORES	2.913.119,06D	2.895.844,91D

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, item 7.2.8 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

NOTA 07 – SERVIÇOS EM CURSO

O grupo dos Serviços em Curso estão com seus saldos demonstrados a seguir, a variação positiva em 2020 se refere às ODS de manutenção de redes que se mantiveram em aberto na virada do exercício.

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
ODS MANUTENÇÃO DE REDES	35.468,54D	25.804,67D
ODS PEE	0,00	254.056,00D
ODS DJUNTORES	136,20D	115,39D
SERVIÇOS EM CURSO	35.604,74D	279.976,06D

NOTA 08 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

No exercício de 2020 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Tributos não apresentaram variação relevante, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
TRIBUTOS FEDERAIS	94.095,93D	84.890,61D
IR A COMPENSAR	69.396,70D	62.074,92D
IMPOSTOS A COMPENSAR RETIDOS POR ORGÃOS FEDERAIS	24.699,23D	22.815,69D
TRIBUTOS ESTADUAIS	4.038,04D	54.356,89D
ICMS A RECUPERAR	0,00	43.794,56D
ICMS S/ COMPRA PARA O ATIVO IMOBILIZADO A	4.038,04D	10.562,33D

RECUPERAR

TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	98.133,97D	139.247,50D
------------------------------	-------------------	--------------------

NOTA 09 – ALMOXARIFADOS

No exercício de 2020 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Almojarifados não apresentaram variação relevante, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
MATERIAL	291.423,78D	241.350,36D
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	288.369,74D	241.312,16D
MATERIAL SUCATEADO (SUCATA)	3.054,04D	38,20D
COMPRAS EM CURSO	8,33C	8,31C
ALMOXARIFADO OPERACIONAL	291.415,45D	241.342,05D

NOTA 10 – ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

No exercício de 2020, após a revisão tarifária, foram registradas as variações financeiras setoriais ativas, conforme demonstramos:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
DEMAIS ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	6.757,16D	8.391,30D
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A	0,00	1.019,57D
SICOOB SC CORRETORA E ADMR DE SEGUROS S/A	5.666,58D	7.371,73D
HDI SEGUROS S.A	1.090,58D	0,00
ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	6.757,16D	8.391,30D

NOTA 11 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

No exercício de 2020 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Almojarifados não apresentaram variação, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
PRÊMIOS DE SEGUROS	0,00	245,18D
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A	0,00	245,18D
OUTROS	22.710,24D	4.530,65D
PROINFA PAGAMENTO ANTECIPADO	22.710,24D	4.530,65D
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	22.710,24D	4.775,83D

NOTA 12 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Os saldos que compõe o grupo dos Outros Ativos Circulantes estão demonstrados a seguir:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
CRÉDITOS A RECEBER	230.592,41D	242.371,69D
EMPREGADOS	22.249,68D	20.111,24D
FORNECEDORES	12.295,43D	47.004,43D

ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	3.043,20D	18.464,80D
FECOERUSC- ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO EXTREMOSUL	5.000,00D	5.000,00D
ADIANTAMENTO CABAL - VALE ALIMENTAÇÃO	0,00	1.287,40D
RICHARDES MACHADO MEDEIROS ME	4.252,23D	4.252,23D
JOAO EDWARD PATEL	0,00	18.000,00D
TÍTULOS DE CRÉDITO A RECEBER	3.053,21D	3.120,20D
PARCELAMENTOS CONCEDIDOS	2.474,80D	2.541,79D
PARCELAMENTO DE CHEQUES	578,41D	578,41D
SERVIÇOS PRESTADOS A TERCEIROS	12.143,97D	20.491,02D
ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS	63.860,77D	57.184,71D
ORDEM DE DISPÊNDIOS A REEMBOLSAR	3.000,00D	0,00
CONVÊNIOS DE ARRECADAÇÃO	4.000,00D	4.000,00D
(-) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	434,13C	0,00
OUTROS	110.423,48D	90.460,09D
CHEQUES EM COBRANÇA	96.195,93D	96.195,93D
CRÉDITO DE ALUGUÉIS DE POSTES	14.227,55D	5.735,84C
APARECIDO ANGELO ZANCHETTA	0,00	0,00
DESATIVAÇÕES E ALIENAÇÕES	1.080,07D	16.971,60D
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	231.672,48D	259.343,29D

NOTA 13 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Os saldos do Ativo Não Circulante dos exercícios de 2020 e 2019, estão demonstrados conforme segue:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	439.453,12D	233.394,52D
ICMS SOBRE AIS	439.453,12D	233.394,52D
BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À PERMISSÃO	168.286,77D	168.286,77D
FECOERUSC	6.615,44D	6.615,44D
CREDIJA	156.471,33D	156.471,33D
GERACOOOP	5.000,00D	5.000,00D
CRESOL	200,00D	200,00D
OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	5.016.350,92D	3.610.151,61D
DEPOSITO JUDICIAL	1.030,20D	1.030,20D
OUTROS	0,00	384,80C
PARCELAMENTOS DE CHEQUES	102,09D	102,09D
ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO	5.015.218,63D	3.609.404,12D

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo a OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

As obrigações especiais não são mais redutoras do ativo imobilizado regulatório, desde a versão do MCSE de 2015.

Desdobramos os valores do Ativo Imobilizado e Intangível, segregando em valor contábil, depreciação e valor residual.

a) Distribuição

Descrição	2020			Legislação Societária
	Valor Contábil	Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Imobilizado em Serviço	13.194.297,76	(3.661.283,43)	9.533.014,33	896.138,73
Terrenos	108.500,00		108.500,00	114.000,00
Edif., Obras Cíveis e Benfeitorias	0,00	0,00	0,00	13.012,88
Máquinas E Equipamentos	12.116.954,70	(3.411.716,96)	8.705.237,74	946,51
Veículos	850.742,67	(198.514,73)	652.227,94	704.460,00
Móveis e Utensílios	118.100,39	(51.051,74)	67.048,65	63.719,34
Imobilizado Em Curso	(10.737.339,52)	3.411.716,96	(7.325.622,56)	0,00
Máquinas E Equipamentos	167.074,85		167.074,85	572.961,12
Material Em Depósito	1.212.540,33		1.212.540,33	760.138,83
Transferência ICPC 05	(12.116.954,70)	3.411.716,96	(8.705.237,74)	(1.333.099,95)
TOTAIS	2.456.958,24	(249.566,47)	2.207.391,77	896.138,73

b) Administração

Descrição	2020			Legislação Societária
	Valor Contábil	Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Imobilizado em Serviço	2.122.860,63	(600.535,25)	1.522.325,38	1.668.504,54
Terrenos	625.675,20	0,00	625.675,20	652.000,00
Edif., Obras Cíveis e Benfeitorias	555.018,93	(18.275,51)	536.743,42	559.695,18
Máquinas E Equipamentos	182.151,37	(154.255,96)	27.895,41	32.511,77
Veículos	719.503,84	(395.213,15)	324.290,69	415.496,99
Móveis e Utensílios	40.511,29	(32.790,63)	7.720,66	8.800,60
Imobilizado Em Curso	2.639.883,37	0,00	2.639.883,37	4.354,87
Terrenos	900.000,00	0,00	900.000,00	0,00
Edif., Obras Cíveis e Benfeitorias	1.735.528,50	0,00	1.735.528,50	0,00

Máquinas E Equipamentos	4.354,87	0,00	4.354,87	4.354,87
TOTAIS	4.762.744,00	(600.535,25)	4.162.208,75	1.672.859,41

c) Intangível

Descrição	Valor Contábil	Legislação Societária		
		2020	2019	
		Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Ativo Intangível da Permissão	3.690.019,11		3.690.019,11	3.394.628,51
Software	15.460,97	(14.351,52)	1.109,45	1.109,45
Total	3.705.480,08	(14.351,52)	3.691.128,56	3.395.737,96

Está sendo aplicada a instrução do Conselho de Pronunciamentos Contábeis, ICPC01 e OCPC05. Transferindo os saldos no imobilizado para Ativo Financeiro e Intangível conforme cálculo de depreciação estimada até o final do período de permissão.

NOTA 14 - FORNECEDORES

Os saldos referentes aos "Fornecedores" nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	408.156,60C	307.566,65C
CELESC S/A	408.156,60C	307.566,65C
MATERIAIS E SERVIÇOS	189.805,41C	49.327,94C
PREMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	53.580,00C	0,00
FECOERUSC - FEDER. DAS COOP.ELETR.RURAL SC	2.380,42C	6.114,03C
RADIO IMIGRANTES DE TURVO LTDA.	765,00C	0,00
CLEUSA CASAGRANDE PATEL.	0,00	9.360,00C
COML. ELETRICA SAO PEDRO	3.490,00C	1.519,80C
COMERCIAL ELETRICA SUL	0,00	323,47C
LEANDRO CRESTANI ME	0,00	4.450,00C
CONCRETUR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	0,00	9.310,00C
USEALL SOFTWARE LTDA	0,00	0,00
ITB EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA	0,00	0,00
SAMAE	112,25C	55,50C
RMGUIDARINI CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA	980,73C	0,00
INOVARUM TREINAMENTOS LTDA EPP	0,00	3.782,71C
SCHWANCK SCHWANCK C P A LTDA ME	350,00C	0,00
CLENICE GUETNER MORO MEI	135,00C	0,00
THOMSON REUTERS BRASIL CONTEUDO E TECNOLOGIA LTDA	302,54C	283,22C
SEVEN KEYS INFORMATICA EIRELE ME	1.545,85C	0,00
SUL PECAS E VEICULOS LTDA	0,00	250,00C
ELETRO JO MATERIAIS ELETRICOS LTDA	0,00	727,34C

METALURGICA MATIOLA LTDA	0,00	816,00C
SICOOB SC CORRETORA E ADMR DE SEGUROS S/A	0,00	3.685,87C
JANUARIO COMERCIO DE PEÇAS LTDA EPP	839,60C	0,00
HD ELETRO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA-ME	1.171,59C	1.150,00C
FLORISBELA ANTONIO MACHADO	5.500,00C	0,00
ANTONIO CARNIATO	0,00	7.500,00C
SOALUZ ELETROTECNICA LTDA-ME	75.712,05C	0,00
POLIMIX CONCRETO LTDA	5.720,74C	0,00
ALEXANDRE RIBEIRO PACHECO- EPP	25.000,00C	0,00
CERÂMICA ORVALHENSE LTDA	4.900,00C	0,00
ZANAC COM. E IND DE CONCRETOS LTDA	1.725,30C	0,00
KDM INDUSTRIA DE PRÉ MOLDADOS	3.447,34C	0,00
ATEX DO BRASIL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA	2.147,00C	0,00
OUTROS	3.651,32C	2.979,55C
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	3.651,32C	2.979,55C
FORNECEDORES	601.613,33C	359.874,14C

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

No exercício de 2020, os saldos das Obrigações Sociais e Trabalhistas sofreram variação positiva quando comparados com o exercício anterior, as contas que causaram essa maior variação foram os ajustes de Provisão de Férias e Salários a Pagar, conforme demonstrado:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
FOLHA DE PAGAMENTO LÍQUIDA	361.766,06C	361.657,75C
PROVISÃO DE ENCARGOS SOBRE FÉRIAS	75.035,66C	90.853,26C
SALÁRIOS A PAGAR	93.645,00C	82.784,51C
PRO LABORE A PAGAR	7.670,44C	7.154,17C
PROVISÃO PARA FÉRIAS	185.414,96C	180.865,81C
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE	35.503,30C	30.706,06C
INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO A PAGAR	14.577,76C	13.693,60C
IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO A PAGAR (0561)	19.093,61C	15.343,31C
IRRF SEM VINCULO EMPREGATÍCIO A PAGAR (0588)	1.831,93C	1.669,15C
CONSIGNAÇÕES EM FAVOR DA PERMISSIONÁRIA E/OU TERCEIROS	70,08C	870,78C
FOLHA DE PAGAMENTO	397.339,44C	395.136,72C

NOTA 16 – TRIBUTOS

No exercício de 2020, quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Tributos apresentaram variação relevante por conta do parcelamento do PIS-COFINS, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
IMPOSTO DE RENDA	78.457,90C	57.186,18C
FGTS A PAGAR	16.028,15C	14.671,13C
INSS EMPRESA A PAGAR	46.265,10C	42.502,54C
IRRF SOBRE TERCEIROS A PAGAR (1708)	122,31C	12,51C
INSS A RECOLHER SOBRE OBRAS	16.042,34C	0,00
PIS	1.984,20C	1.842,73C
OUTROS	254,68C	52,59C
ICMS	567.122,28C	363.811,74C
PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS	427.641,21C	484.617,14C
TRIBUTOS	1.075.460,27C	907.510,38C

NOTA 17 – PROVISAO PARA LITIGIOS

Em 2020 os saldos de valores provisionados referentes a possíveis perdas oriundas de causas trabalhistas e cíveis:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
CÍVEIS	25.000,00C	25.000,00C
CAUSA CÍVEIS	25.000,00C	25.000,00C
PROVISÃO PARA LITÍGIOS	25.000,00C	25.000,00C

NOTA 18 – ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos dos Passivos referentes aos Encargos Setoriais dos exercícios de 2020 e 2019, estão demonstrados conforme segue:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
F.N.D.C.T	706,35C	706,35C
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D	60.724,51C	54.349,98C
PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE	0,00	195.670,18C
DEMAIS ENCARGOS SETORIAIS	459.886,70C	484.318,72C
BANDEIRAS TARIFARIAS	295.302,78C	271.285,06C
CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE	164.583,92C	213.033,66C
ENCARGOS SETORIAIS	521.317,56C	735.045,23C

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
SOBRAS A DISTRIBUIR	290,36C	1.085,80C
CAPITAL SOCIAL A RESTITUIR	557.603,00C	559.935,02C
OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS	557.893,36C	561.020,82C

NOTA 20 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
CONSUMIDORES	230.361,39C	217.576,93C
PAGAMENTO EM DUPLICIDADE	2.343,95C	2.136,89C
BÔNUS ITAIPU	762,76C	605,29C
CREDORES DIVERSOS MICROGERAÇÃO	227.254,68C	214.834,75C
OUTROS	714.916,00C	223.700,70C
HOSPITAL SÃO ROQUE	53.545,00C	11.465,00C
APAE	785,00C	873,00C
CONSUMIDORES - DEPÓSITOS	43.021,94C	43.021,94C
CONTRIBUIÇÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	33.461,27C	32.251,34C
ASSOC. COM. IRMÃ URSULA HEIDEMANN DE TURVO - SC	31.376,50C	31.613,00C
GÁVEA TENIS CLUBE	1.387,83C	1.537,50C
FINANCIAMENTO DE FUNCIONÁRIOS EM CONSIGNAÇÃO	2.489,10C	2.545,86C
PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	180,00C
OUTROS DÉBITOS/CRÉDITOS FATURA	6.605,60C	8.227,51C
PLANO DE SAÚDE SÃO JOSÉ	10.041,68C	10.329,69C
OUTRAS - EMPRESTIMO COMPULSÓRIO	807,70C	807,70C
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA-TFSEE	3.278,84C	5.749,02C
ADIANTAMENTO DE TERCEIROS	3.062,23C	3.062,23C
PROGRAMA ODONTOLÓGICO	0,00	150,00D
DEPOSITO NÃO IDENTIFICADO	6.773,81C	6.773,81C
COOPERJA ICMS	65.363,10C	65.363,10C
ACIJAM CÂMERAS DE VIGILÂNCIA	1.250,00C	50,00C
VALENTIM TUON	451.666,40C	0,00
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	945.277,39C	441.277,63C

Os saldos referentes aos demais créditos de Outros Passivos não Circulantes são compostos por créditos de entidades conveniadas que realização cobrança de seus créditos através das faturas aos associados.

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

Conforme determina a legislação regulatória, as receitas de ultrapassagem de demanda estão registradas no grupo de Obrigações Vinculadas a Concessão, conforme demonstrado:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	21.299,15C	21.299,15C
PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR	25.814,71C	25.814,71C
DOAÇÕES E SUBVENÇÕES	31.511,22C	0,00
ULTRAPASSAGEM DEMANDA	280.258,33C	251.765,14C
OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO	358.883,41C	298.879,00C

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

Capital Social Integralizado está representado pela participação de 5.200 (cinco mil e duzentos) associados, atingindo o montante de 3.240.741,12 (três milhões, duzentos e quarenta mil, setecentos e quarenta e um reais e doze centavos) em 2020, e para 2019 R\$ 3.239.546,07 (três milhões, duzentos e trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sete centavos).

b) Das Reservas

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
RESERVA DE EQUALIZAÇÃO	59.020,88C	59.020,88C
FUNDO DE RESERVA LEGAL	1.472.267,20C	1.140.634,53C
FATES	493.857,76C	328.629,42C
FUNDO MANUT.APLIC. E MELHORIAS	8.885.974,83C	7.227.811,47C
REAVALIAÇÃO	1.544.771,61C	1.544.771,61C
TODAS DAS RESERVAS	12.455.892,28C	10.300.867,91C

c) Do Resultado a Disposição da AGO

A legislação cooperativista por meio da Lei 5.764/71 prevê a obrigatoriedade de criação de pelo menos dois fundos, são eles:

I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;

II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

§ 1º Além dos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

§ 2º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

Além dos fundos legalmente constituídos, a CEJAMA tem o fundo estatutário referente a Manutenção, Ampliação, Melhorias e Geração constituído de 50% das sobras, conforme Art. 56 do Estatuto Social.

O resultado das operações com associados em 2019 alcançou a rubrica de R\$ 3.320.255,29, deste valor foram deduzidos as reservas legais e estatutárias, que somam R\$ 2.158.165,94, resultando para a deliberação da assembleia o valor de **R\$ 1.162.089,35**.

O resultado das operações com associados em 2020 alcançou a rubrica de R\$ 3.316.326,73, deste valor foram deduzidos as reservas legais e estatutárias, que somam R\$ 2.155.612,37, resultando para a deliberação da assembleia o valor de **R\$ 1.160.714,36**

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
Resultado Operacional	3.316.326,73C	3.320.255,29C
Destinações Estatutárias	2.155.612,37D	2.158.165,94D
(-) Reserva Legal 10%	331.632,67D	332.025,53D
(-) FATES 5%	165.816,34D	166.012,76D
(-) Manutenção e Ampliação 50%	1.658.163,37D	1.660.127,65D
Sobras (Perdas) Liquidas do Período	1.160.714,36C	1.162.089,35C

NOTA 23 – INGRESSO/RECEITA OPERACIONAL

Os totais acumulados referentes às “Receitas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
Fornecimento de Energia Elétrica	22.430.977,42	19.572.888,46
Residencial	4.438.831,81	3.955.222,36
Industrial	11.087.986,01	9.752.387,29
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.046.929,06	1.950.194,61
Rural	4.057.791,09	3.111.926,03
Poder Público	228.750,01	286.910,49
Iluminação Pública	470.483,31	446.484,45
Serviço Público	170.933,43	145.038,81
Fornecimento - Não Faturado	(42.234,11)	(21.632,54)
(-) Transferência p/ TUSD de Consumidores Cativos	(10.815.001,51)	(9.074.486,41)
Tarifa de Uso do Sistema De Distribuição - TUSD	10.786.508,32	9.020.843,37
Outras Receitas Operacionais	4.032.633,72	4.071.971,96
Outras Receitas	450.804,72	89.757,30
Serviço Taxado	76.967,05	525.176,95

Demais Receitas e Rendas	3.504.861,95	3.457.037,71
Total da Receita Operacional Bruta	26.463.611,14	23.644.860,42

NOTA 24 – DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Os saldos referentes às “Deduções da Receita Operacional”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
(-) Impostos e Contr. sobre os Ingressos	(5.037.933,13)	(4.306.425,28)
(-) Encargos do Consumidor	(1.803.937,05)	(1.750.169,24)
Total Deduções da Receita	(6.841.870,18)	(6.056.594,52)

NOTA 25 – CUSTOS E DESPESAS

Os saldos referentes aos “Custos e Despesas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
CUSTOS	(11.537.219,91)	(9.928.875,58)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(11.537.219,91)	(9.928.875,58)
DESPESAS	(4.992.768,24)	(4.487.803,24)
(-) Pessoal e Administrativo	(2.470.656,20)	(2.497.094,10)
(-) Material	(267.054,51)	(275.815,56)
(-) Serviços de Terceiros	(673.006,27)	(698.161,28)
(-) Depreciações	(611.454,25)	(588.813,64)
(-) Seguros	(12.315,24)	(5.732,70)
(-) Despesas Tributárias	(62.059,98)	(24.890,67)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(108.729,38)	(66.332,09)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	(57.149,67)	41.297,57
(-) Outras Despesas Operacionais	(730.342,74)	(372.260,77)

NOTA 26 – DETALHAMENTO DO RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos referentes ao “Resultado Financeiro”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
Receitas Financeiras	261.672,42	214.929,70
Rendas de Aplicação financeira	59.352,50	65.970,32
Acréscimo Moratório Fatura Energia	98.609,57	81.674,88
Outras Receitas Financeiras	67.713,23	48.204,31
Ganhos com participações Societárias	35.997,12	19.080,19
Despesas Financeiras	(37.098,50)	(66.261,49)
Tarifas Bancárias	(14.336,90)	(1.156,00)
Descontos Concedidos	(3.179,54)	(4.009,54)

Juros e Multas de Mora	(2.655,29)	(1.584,45)
Correção SELIC	(12.833,53)	(11.457,15)
Multas de Transito	0,00	(444,49)
Outras Despesas Financeiras	(4.093,24)	(47.609,86)
RESULTADO FINANCEIRO	224.573,92	148.668,21

NOTA 27 – PASSIVOS CONTINGENTES

A CEJAMA foi notificada pela Receita Federal em 05 de Dezembro de 2006 pela falta de recolhimento para o Programa Integração Social – PIS, e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, sobre a receita bruta, com base nas leis 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de nº 2158-35/2001, pelas Leis 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa 145 da SRF de 09 de dezembro de 1999, 247 de 21 de novembro de 2002, e 358 de 09 de setembro de 2003, que estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS, são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado calculadas com base no faturamento a partir de 01 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999.

A Cooperativa, através de sua assessoria jurídica, interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis SC, em 21 de Dezembro de 2006, requerendo nulidade total do Ato Fiscal. A administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de PIS e da COFINS. Como não pratica tais operações não possui receitas sujeitas ao pagamento das contribuições, eventuais efeitos contrários ao entendimento da administração serão integralmente reconhecidos no resultado do exercício na data da sua ocorrência tempestiva.

Em 18/04/2017 a CEJAMA foi notificada pela Receita Federal, mediante intimação 040/2017, referente ao processo 11516-003.532/2006-17 a pagar o valor do anexo do documento citado. Tendo em vista que o prazo para adesão ao PERT (Programa Especial de Recuperação Tributária) estava em vigor, a CEJAMA aderiu ao mesmo onde realizou pagamentos referentes à notificação citada, conforme Nota Explicativa 16 há o valor de R\$ 427.641,21 a ser recolhido de forma parcelada.

Jacinto Machado/SC, 31 de dezembro de 2020.



Angelo Valdati Neto
Presidente da Cejama



ADEODATO TRAMONTIN
Contador da Cejama
CPF: 520.617.609-53
CRC/SC 015639/O-1